



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA
DIVISÃO DE SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

PA Nº 21655/2015

Ata de Reunião do Subcomitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão

No dia 16 de março de 2023, às 10 horas, reuniram-se, na modalidade virtual, o coordenador Fernando Rossetto, juiz substituto da 13ª Vara do Trabalho de Rio Verde e Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Humberto Magalhães Ayres, Secretário-Geral da Presidência; Lara Cristina Nercessian de Barros, Diretora da Divisão de Sustentabilidade Acessibilidade e Inclusão; Diogo Felipe de Aguiar, Diretor da Divisão de Planejamento de Comunicação da Coordenadoria de Comunicação Social; IL José Oliveira e Rebouças, Diretor da Coordenadoria de Relacionamento de TIC; Gercivaldo Lorero Junior, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; Luiz Henrique Maia, Diretor da Divisão de Apoio Administrativo e Planejamento da Secretaria de Gestão de Pessoas; Patrícia Vieira de Sousa, Diretora da Divisão de Saúde; Cristina Aparecida Neves Ribeiro fisioterapeuta da Seção de Atenção à Saúde; Monique Curado Carvalho Franco Rabelo, servidora da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia; Paulo Sérgio de Castro, Diretor da Divisão de Engenharia; Fabiane Castro Lopes de Paula, chefe do Setor de Projetos de Arquitetura e Natasha Memoria Rocha, servidora da Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão.

A respeito dos itens abaixo, foi discutido e deliberado:

1) Atualização das ações do Plano de Ação de Acessibilidade 2023;

Foi apresentado o Plano de Ação de Acessibilidade - 2023, para verificação das ações traçadas, tendo em vista a necessidade de atualizar o projeto institucional "Execução do Plano de Acessibilidade" no sistema redmine. Os gestores e as gestoras apresentaram o andamento das ações de suas alçadas, registrando na planilha [Plano de Ação de Acessibilidade 2023](#) os status e as observações pertinentes, que podem ser verificadas no portal do Tribunal.

Ademais, foram feitas as seguintes deliberações:

- 1) Quanto à ação “Promover estudo para melhoria da acessibilidade no Auditório Goyazes”, **foi deliberado**:
 - a) fazer um treinamento com as unidades que mais utilizam o auditório, tais como a Presidência e a Coordenadoria de Cerimonial, quanto à demonstração de acessibilidade do auditório, com visita *in loco*;
 - b) Solicitar à Coordenadoria de Comunicação Social que elabore vídeo institucional acerca da acessibilidade do auditório e das salas, a ser exibido antes do início dos eventos do Tribunal.
- 2) Quanto à ação “Levantar possibilidades para o aprimoramento do cadastro das pessoas com deficiência”, **foi deliberado** que a SGPe se compromete a levantar as principais necessidades de melhoria para posterior solicitação ao TRT2.
- 3) Quanto à ação “Colher demandas das pessoas com deficiência que atuam no Tribunal (magistrados, servidores, terceirizados)”, **foi deliberado** que será incluído campo específico para este levantamento no formulário que está em elaboração pela Secretaria de Gestão de Pessoas: “Fale com a SGPE”;
- 4) Quanto à ação “Realizar estudo para implementar audiodescrição nos eventos e sessões de julgamento”, considerando que a audiodescrição (ou autodescrição) deverá ser feita pelos próprios desembargadores(as) e advogados(as) nas sessões de julgamento, **deliberou-se** por submeter à Presidência sugestão de alteração da “unidade responsável” de “Comunicação/STI” para “Pleno e Turmas”;
- 5) Quanto à ação “Priorizar a utilização do Google Meet nas reuniões e eventos internos e externos no âmbito do Tribunal, divulgando o recurso de legendamento instantâneo”, **deliberou-se** por solicitar à Coordenadoria de Comunicação Social a elaboração de matéria para divulgar tais recursos;

2) Capacitação em Libras (PA 4722/2022):

A Diretora da Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão contextualizou a questão da obrigatoriedade da capacitação em Libras, segundo normativos superiores, informando que tem sido ofertado curso EAD pelo Tribunal, porém os(as) alunos(as) avaliaram que tal curso está desatualizado e é cansativo.

Sendo assim, esclareceu que o curso de libras não foi incluído no Plano Anual de Capacitação de 2023, e apresentou duas propostas, advindas de reunião com representante da Escola Judicial, **que foram aprovadas pelo Subcomitê**:

- 1) Ofertar o curso de libras disponibilizado pela ENAP, que é autoinstrucional e gratuito, a servidores(as) e magistrados(as), e que também seja aberto a terceirizados(as), que poderão participar de forma voluntária.

Assim, será solicitada à Presidência que determine que as unidades indiquem um(a) servidor(a) para realização desse curso, considerando, no mínimo, a participação das seguintes unidades: CEJUSC, Ouvidoria, Divisão de Segurança Institucional e Transporte, Secretaria de Gestão de Pessoas, Divisão de Saúde e para Vara do Trabalho ou Foro no interior;

- 2) Promover um curso de libras presencial, a ser ministrado pelo servidor Fábio Neves Martins, apenas aos(às) servidores(as) e magistrados(as) da capital, a partir de expediente emitido pela Presidência convocando pelo menos um(a) servidor(a) de cada unidade, com enfoque naquelas que prestam atendimento ao público. Posteriormente, o servidor deverá apresentar proposta do curso, que será analisada por este Subcomitê.

- 3) **Revisão da Portaria GP/DG nº 1753/2020** (regulamenta sobre condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência):

Foi informado pelo Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas que a reformulação da Portaria GP/DG nº 1753/2020 está em andamento e que os casos de avaliação de condições especiais de trabalho deixarão de passar pelo Subcomitê Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Resumo das deliberações:

- Fazer um treinamento com as unidades que mais utilizam o auditório, tais como a Presidência e a Coordenadoria de Cerimonial, quanto à demonstração de acessibilidade do auditório, com visita *in loco*;
- Solicitar à Coordenadoria de Comunicação Social que elabore vídeo institucional acerca da acessibilidade do auditório e das salas, a ser exibido antes do início dos eventos do Tribunal;
- Submeter à Presidência a alteração da “unidade responsável” de “Comunicação/STI” para “Pleno e Turmas” na ação “realizar estudo para implementar audiodescrição nos eventos e sessões de julgamento”;

- Solicitar à Coordenadoria de Comunicação Social a elaboração de matéria para divulgar a utilização do Google Meet nas reuniões e eventos internos e externos no âmbito do Tribunal;
- Solicitar à Presidência que determine que as unidades indiquem um(a) servidor(a) para realização do curso de libras da ENAP, considerando, no mínimo, a participação das seguintes unidades: CEJUSC, Ouvidoria, Divisão de Segurança Institucional e Transporte, Secretaria de Gestão de Pessoas, Divisão de Saúde e para Vara do Trabalho ou Foro no interior;
- Realizar curso presencial com o servidor Fábio Martins apenas aos(às) servidores(as) e magistrados(as) da capital, a partir de expediente emitido pela Presidência convocando pelo menos um(a) servidor(a) de cada unidade, com enfoque naquelas que prestam atendimento ao público.

Eu, Natasha Memoria Rocha, lavrei esta Ata, que segue assinada eletronicamente por mim e pelos demais presentes à reunião.